

## MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

### Aviso (extrato) n.º 7288/2026/2

**Sumário:** Abertura de procedimento concursal para um posto de trabalho, na carreira/categoria de técnico superior, área de direito.

#### **Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho, do mapa de pessoal do Município da Figueira da Foz, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo**

1 – Para efeitos do disposto nos artigos 30.º e 33.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (designada por LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea a), do n.º 1, do artigo 11.º, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, se publica o presente extrato, cujo aviso integral se encontra publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP) e no site do Município em <https://www.cm-figfoz.pt/p/recrutamento>, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 19 de março de 2026, encontrando-se aberto, pelo período de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e na BEP, procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado da carreira e categoria de Técnico Superior, área de Direito, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, do mapa de pessoal do Município da Figueira da Foz aprovado para 2026.

2 – Entidade que realiza o Procedimento: Município da Figueira da Foz.

3 – Caracterização dos postos de trabalho:

Ao Técnico Superior, área de Direito, para a Divisão de Contratação Pública, compete exercer as seguintes funções: – Elaborar pareceres jurídicos no âmbito dos procedimentos de contratação; Pro-ceder à instrução e acompanhamento de procedimentos de contratação pública, referentes à aquisição de bens e serviços e empreitadas, de acordo com a legislação aplicável, designadamente, verificação das peças dos procedimentos, informações, notificações e comunicações realizadas no âmbito dos respetivos procedimentos pré-contratuais; Assegurar o apoio e acompanhamento técnico e jurídico às tarefas e competências do Júri dos procedimentos de contratação pública; Verificação das propostas de adjudicação; Elaboração de minutas de contratos e elaboração de contrato, no âmbito dos procedimentos de contratação de bens, serviços e de empreitadas; Instruir processos para o Tribunal de Contas e Analisar e elaborar propostas de modificações contratuais, adicionais e conseqüente tramitação.

4 – Nível habilitacional: – Por referência à Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação CNAEF – Licenciatura em Direito, prevista na Portaria 256/2005, de 16 de março – 380 Direito.

5 – Na tramitação do presente procedimento concursal serão cumpridas as disposições constantes do RGPD – Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, relativamente ao tratamento de dados.

Publique-se no *Diário da República*.

23 de março de 2026. – A Vereadora da Câmara Municipal, Cláudia Sofia da Conceição Rocha.

319981601